

79ª Assembleia Geral da ONU: avanço das mulheres e a proteção dos direitos das crianças 79th UN General Assembly: advancement of women and the protection of children's rights

*Maria Teresa Rossetti Massari
Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes*

Resumo: O documento que apresenta a lista dos tópicos que foram incluídos na agenda provisória da 79ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU). Ele cobre uma vasta gama de tópicos globais a serem discutidos durante a sessão, que refletem a diversidade de questões políticas, sociais, econômicas e de segurança que afetam a comunidade global. O documento dedica seções específicas para tratar dos direitos de crianças e mulheres, destacando seu papel central em debates de direitos humanos e desenvolvimento sustentável, como a "Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças" e o tópico "Avanço das Mulheres". Ao final é discutida uma síntese sobre a posição de liderança das mulheres a partir da posse de Claudia Sheinbaum como presidente do México. Apesar do avanço, muitas mulheres ainda estão excluídas de cargos de poder, com apenas 23% dos ministérios ocupados globalmente. A desigualdade de gênero persiste, refletindo-se em áreas de decisão, incluindo na representação em missões da ONU.

Palavras-chave: Nações Unidas; Desenvolvimento sustentável; Equidade de gênero.

Abstract: *The document presents the list of topics that were included in the provisional agenda of the 79th session of the United Nations (UN) General Assembly. It covers a wide range of global topics to be discussed during the session, which reflect the diversity of political, social, economic and security issues affecting the global community. The document dedicates specific sections to addressing the rights of children and women, highlighting their central role in debates on human rights and sustainable development, such as the "Promotion and Protection of Children's Rights" and the topic "Advancement of Women". At the end, a summary of the leadership position of women after Claudia Sheinbaum was elected as president of Mexico is discussed. Despite progress, many women are still excluded from positions of power, with only 23% of ministries held globally. Gender inequality persists, reflected in decision-making areas, including representation on UN missions.*

Key-words: *United Nations; Sustainable development; Gender equity.*

A Assembleia Geral da ONU aborda o tema “Mulheres no Desenvolvimento”¹ desde sua 40ª sessão, demonstrando a necessidade de um compromisso contínuo com a análise e promoção do papel das mulheres no progresso socioeconômico. Em sua 74ª sessão, foi solicitado ao Secretário-Geral que apresentasse um relatório sobre a implementação das resoluções anteriores e atualizasse o "Inquérito Mundial sobre o

Papel das Mulheres no Desenvolvimento” ([World Survey on the Role of Women in Development](#))²¹.

Os documentos apresentados na 79ª incluíram o relatório do Secretário-Geral ([Resolução 77/181](#)) e a atualização do levantamento sobre o papel das mulheres no desenvolvimento ([Resolução 74/235](#)), reforçando a importância de acompanhar e avaliar o progresso das políticas e ações voltadas para a inclusão feminina em processos de desenvolvimento.

Inquérito Mundial sobre o Papel das Mulheres no Desenvolvimento

O documento será pautado nas lições da resposta da proteção social à COVID-19, com vistas a analisar o papel que uma abordagem sensível ao gênero pode desempenhar no contexto de catástrofes e crises mais frequentes. Ele será organizado em quatro funções principais da proteção social:

1. **PROTEÇÃO** - Aliviar a pobreza ao longo da vida e em resposta a choques externos, tais como conflitos violentos, pandemias ou catástrofes naturais, principalmente através da assistência social.
2. **PREVENÇÃO** - Reforçar a resiliência e a capacidade das mulheres para lidar com choques, nomeadamente através de seguros e da diversificação dos meios de subsistência.
3. **PROMOÇÃO** - Proporcionar às mulheres caminhos sustentáveis para sair da pobreza, nomeadamente através de uma integração mais forte da proteção social, dos serviços públicos e de intervenções no mercado de trabalho.
4. **TRANSFORMAÇÃO** - Abordar os fatores estruturais da pobreza, da desigualdade e da marginalização, incluindo formas múltiplas e interligadas de discriminação e violência baseada no gênero e o menor controle das mulheres sobre os recursos econômicos, a falta de representação, participação igualitária na tomada de decisões, menor controle sobre recursos econômicos e responsabilidade desproporcional pelos cuidados não remunerados e pelo trabalho doméstico.

A pandemia intensificou a necessidade urgente de uma melhor coordenação entre a assistência humanitária (protetora) de curto prazo e os esforços de longo prazo (preventivos, promocionais e transformadores) destinados a construir sistemas de

¹ O Inquérito Mundial sobre o Papel das Mulheres no Desenvolvimento é um relatório do Secretário-Geral da ONU, que se centra na política macroeconômica, no desenvolvimento sustentável, no financiamento e na erradicação da pobreza. É apresentado de cinco em cinco anos e proporciona uma oportunidade importante para uma avaliação aprofundada de um tema relacionado com a igualdade de gênero e a política econômica e social para deliberação dos Estados-Membros. As edições anteriores do Inquérito Mundial centraram-se no desenvolvimento sustentável (2014) e na pobreza de tempo e rendimento (2019). A próxima edição de 2024 terá como tema “Aproveitar a proteção social para a igualdade de gênero, resiliência e transformação”.

proteção social robustos que possam ser rapidamente expandidos e adaptados em resposta aos choques.

O processo de produção do relatório reunirá pesquisadores, decisores políticos, sociedade civil e outros parceiros da ONU que desempenham papéis de liderança no avanço da proteção social em diferentes contextos. O objetivo é produzir um relatório com contribuições que forneçam orientação aos decisores políticos e apoiar a defesa de uma nova geração de sistemas de proteção social sensíveis às questões de gênero, capazes de enfrentar os desafios de um mundo em turbulência.

Avanço das Mulheres

Na 34ª sessão, a Assembleia Geral adotou a [Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres](#)³ ([Resolução 34/180](#)), que entrou em vigor em 3 de setembro de 1981. Na 78ª sessão, o tema foi atribuído à Terceira Comissão, onde 114 delegações se pronunciaram. Os documentos discutidos na 79ª sessão foram:

- **Tráfico de Mulheres e Meninas**

A Assembleia começou a discutir essa questão na sua 49ª sessão e, desde então, fez resoluções anuais e bienais. Na 77ª foi solicitado um relatório sobre intervenções eficazes e lacunas no enfrentamento do tráfico de pessoas, com ênfase em abordagens centradas nos direitos humanos e nas vítimas ([77/194](#)).

O tráfico de mulheres e meninas é uma grave violação dos direitos humanos, afetando desproporcionalmente mulheres e meninas devido a desigualdades de gênero. Nesse contexto, as estratégias de enfrentamento devem abordar causas subjacentes como pobreza e discriminação, integrando diferentes setores, como saúde e educação.

É essencial garantir apoio às vítimas, incluindo serviços de saúde e assistência legal. Cabe aos Estados-membros fortalecer legislações para garantir que traficantes sejam responsabilizados e a impunidade combatida. Na 79ª sessão foi solicitado um relatório sobre intervenções eficazes e recomendações para abordagens centradas nos direitos humanos.

- **Fístula Obstétrica:**

A fístula obstétrica é uma grave questão de saúde que impacta a vida de muitas mulheres, resultando em sérios problemas físicos, psicológicos e sociais.

Os Estados-membros devem intensificar os esforços para prevenir e tratar a fístula, garantindo cuidados de saúde adequados durante a gravidez e o parto e por meio de programas de educação e conscientização sobre saúde materna para empoderar mulheres e comunidades.

Além disso, o documento ressalta a importância da colaboração entre países e organizações para compartilhar boas práticas e recursos na luta contra a fístula obstétrica. A Assembleia começou a considerar a questão em sua 60ª sessão. A partir da

77ª sessão, foi solicitado um relatório sobre fístula obstétrica e desafios enfrentados e melhores práticas na prevenção e tratamento da fístula obstétrica. A Resolução [77/196](#) reafirma o compromisso da Assembleia Geral em intensificar os esforços para acabar com a fístula obstétrica, focando na prevenção, tratamento, educação e colaboração internacional.

- **Mutilação Genital Feminina**

A mutilação genital feminina (MGF) é uma grave violação dos direitos humanos, afetando a saúde física e mental de milhões de mulheres e meninas. Os Estados-membros são incentivados a intensificar esforços para erradicar a MGF, adotando e implementando leis e políticas que proíbam essa prática.

A resolução [77/195](#) destaca a importância de campanhas de educação e sensibilização para informar comunidades sobre os danos da MGF e promover práticas culturais alternativas. Nesse contexto, a Assembleia chama à colaboração entre países, organizações não governamentais e instituições internacionais para compartilhar boas práticas e fortalecer a resposta ao problema.

- **Violência Contra Mulheres e Meninas**

A violência contra mulheres e meninas pode ser definida como qualquer ato de violência que cause dano físico, sexual, psicológico ou econômico, incluindo ameaças, coerção ou privação arbitrária de liberdade, tanto no espaço público quanto privado, online e offline.

A Assembleia aborda a prevenção e eliminação de todas as formas de violência contra mulheres e meninas anualmente desde a 65ª sessão, solicitando relatórios anuais e informações sobre atividades de acompanhamento para implementar resoluções relevantes.

A resolução ([77/195](#)) apresenta um relatório abrangente e multidisciplinar, com dados atualizados, dos progressos alcançados até o momento, dos desafios e necessidades, e recomendações orientadas para a ação. O documento condena fortemente todas as formas de violência contra mulheres e meninas, reconhecendo que sua persistência impede a igualdade de gênero e a plena realização dos direitos humanos, além de convocar os Estados-membros a condenar veementemente toda forma de violência, sem invocar costumes ou tradições para evitar suas obrigações na eliminação desses problemas.

Por fim, a resolução aponta a necessidade da comunidade internacional, incluindo o sistema das Nações Unidas e organizações regionais, a apoiar os esforços nacionais para promover a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. Isso deve incluir assistência oficial ao desenvolvimento, outras formas de apoio e cooperação Sul-Sul e triangular, facilitando a troca de diretrizes, metodologias, lições aprendidas e melhores práticas, respeitando as prioridades nacionais.

Promoção e proteção dos direitos da criança

A Assembleia adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança na 44ª sessão e o item foi incluído na agenda da 48ª sessão a pedido de Cuba e tem estado na agenda anualmente desde então. Os relatórios dos representantes especiais sobre crianças em conflitos armados e violência são contínuos na agenda da Assembleia e enfatizam a proteção e reintegração de crianças vítimas de abuso, com enfoque centrado nos direitos da criança e atenção às necessidades específicas de gênero e deficiência.

O tema destacado na 79ª sessão foi o bullying, incluindo o cyberbullying, além do progresso na erradicação do casamento infantil, precoce e forçado, e melhores práticas para apoiar meninas e mulheres afetadas, tema a ser considerado na próxima sessão.

Os documentos incluídos são: Relatório do Comitê sobre os Direitos da Criança ([A/79/41](#)); Relatório da Representante Especial para Crianças e Conflitos Armados; Relatório anual da Representante Especial sobre Violência contra Crianças; Nota do Secretário-Geral sobre o relatório do Relator Especial sobre a venda e exploração sexual de crianças ([78/187](#)).

Mulheres em posições de liderança: 25 países agora sob a liderança feminina

A posse da cientista Claudia Sheinbaum como presidente do México, em 1º de outubro, eleva para 25 o número de países que têm mulheres como chefes de Estado ou de Governo, conforme dados da ONU Mulheres.

- A América Latina conta com três presidentas: Xiomara Castro, em Honduras; Dina Boluarte, no Peru (atualmente interina); e Claudia Sheinbaum, no México. Sylvanie Burton, de Dominica, e Christine Kangaloo, de Trinidad e Tobago, também ocupam a presidência, mas os poderes executivos efetivos estão com primeiros-ministros homens. Em Barbados, tanto a presidente Sandra Mason quanto a primeira-ministra Mia Amor Motley são mulheres.
- Na Europa, diversas nações possuem mulheres como presidentas ou primeiras-ministras, incluindo Bósnia e Herzegovina, Dinamarca, Eslovênia, Estônia, Grécia, Itália, Letônia, Lituânia, Malta, Macedônia do Norte e Moldávia. Úrsula von der Leyen é a presidente da Comissão Europeia.
- Na África, países como Etiópia, Tanzânia, Togo e República Democrática do Congo têm mulheres no comando, assim como Índia, Ilhas Marshall e Samoa na região da Ásia-Pacífico.
- Nos Estados Unidos, as eleições serão no início de novembro, com Kamala Harris, do Partido Democrata, sendo uma das principais candidatas.

Um relatório da ONU Mulheres destaca que, apesar de 2024 ser um ano repleto de eleições, muitas mulheres continuam excluídas de cargos de poder. Atualmente, 112 países nunca tiveram uma mulher na liderança, apenas 23% dos cargos ministeriais no mundo são ocupados por mulheres, e em 141 países elas representam menos de um terço dos ministros. Sete países não possuem mulheres em seus gabinetes executivos.

Além disso, as mulheres frequentemente assumem pastas relacionadas à igualdade de gênero, família e direitos sociais, enquanto áreas como economia, defesa e segurança permanecem predominantemente masculinas.

Na América Latina e no Caribe, 19 países têm ministérios dedicados à igualdade de gênero. A participação feminina em ministérios na região é de 31,5%, superando a média global em 8,5%.

A desigualdade de gênero também se reflete nas missões permanentes da ONU. Em maio de 2024, as mulheres ocupavam 25% dos cargos de embaixadoras na sede da ONU em Nova York, 35% em Genebra e 33,5% em Viena. A ONU diz que continua a apoiar iniciativas para aumentar a participação feminina em processos políticos e de paz, destacando que a presença de mulheres nos parlamentos melhora a governança e proporciona diversidade nas decisões. Entretanto, a violência política contra mulheres é uma questão crítica que compromete o progresso em direção à igualdade de gênero e ameaça a participação feminina.

Para acessar o discurso de posse de Claudia Sheinbaun, [clique aqui](#).

Referências

1. United Nations. Annotated preliminary list of items to be included in the provisional agenda of the seventy-ninth regular session of the General Assembly. New York: United Nations. 2024.
2. United Nations. The World Survey on the Role of Women in Development 2024: Harnessing Social Protection for Gender Equality, Resilience and Transformation. New York: United Nations. 2024.
3. Convenção sobre os Direitos da Criança [Internet]. [citado 20 de maio de 2024]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>